

Elpídio **Donizetti**

Curso de
DIREITO
PROCESSUAL
CIVIL
Volume Único



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 14.02.2022
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2022 by
Editora Atlas Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Al. Arapoema, 659, sala 05, Tamboré
Barueri – SP – 06460-080
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Atlas Ltda.
- Até a 22ª edição, esta obra era intitulada *Curso didático de direito processual civil*.
- Capa: Danilo Oliveira
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

D737c

Donizetti, Elpidio

Curso de direito processual civil / Elpidio Donizetti. – 25. ed. – Barueri [SP]: Atlas, 2022.

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-65-5977-194-3

1. Direito processual civil – Brasil. 2. Processo civil – Brasil. I. Título.

22-76014

CDU: 347.9(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439



1213992

Sumário

Parte Geral

Parte I – Teoria Geral do Direito Processual Civil

1	O Direito Processual Civil: conceito e fontes. O Direito Processual Civil na perspectiva do Código de Processo Civil de 2015.....	3
1.	O Direito Processual Civil.....	3
1.1	Conceito e fontes.....	3
1.2	O Direito Processual Civil na perspectiva do Código.....	7
1.2.1	A estrutura do Código atual.....	8
1.2.2	Os diversos tons do Código atual.....	9
1.2.3	<i>Ex nihilo nihil fit</i> . O CPC/2015 não surgiu do nada. Um pouco de história não faz mal a ninguém.....	12
1.2.3.1	O Direito Processual no Brasil.....	13
1.3	O sistema de precedentes consolidado pelo CPC vigente.....	15
2	A principiologia do Código de Processo Civil: influências constitucionais e tentativa de efetivação dos direitos e garantias fundamentais.....	21
1.	Influências do Direito Constitucional sobre o Direito Processual Civil: neoconstitucionalismo e neoprocessualismo.....	21
1.1	Evolução (fases) do processualismo: sincretismo, autonomismo, instrumentalismo e neoprocessualismo.....	22
1.2	O “modelo constitucional do processo”.....	23
2.	Princípios processuais como direitos fundamentais.....	24
2.1	Introdução: princípios, regras e valores.....	24
2.2	Princípios constitucionais sobre o processo (direitos fundamentais processuais).....	26
2.3	Positivização infraconstitucional dos direitos fundamentais processuais.....	27
2.4	Princípios fundamentais processuais como instrumentos de efetivação de direitos fundamentais substanciais.....	27
3.	Os princípios e as garantias processuais.....	27

3.1	Princípio do devido processo legal	28
3.2	Princípio da ação (da demanda ou da inércia) e princípio do impulso oficial – art. 2º	30
3.3	Princípio da inafastabilidade (ou da indeclinabilidade) – art. 3º	31
3.4	Princípio da duração razoável do processo e da primazia do julgamento do mérito – art. 4º	32
3.5	Princípio da boa-fé processual – art. 5º	33
3.6	Princípio da cooperação – art. 6º	35
3.7	Princípio da igualdade (ou da isonomia) – art. 7º	37
3.8	Princípio do contraditório – arts. 7º, 9º e 10	38
3.9	Princípio da ampla defesa	39
3.10	Princípio da função social do processo – art. 8º	41
3.11	Princípio da dignidade da pessoa humana – art. 8º	41
3.12	Princípio da proporcionalidade – art. 8º	43
3.13	Princípio da razoabilidade – art. 8º	44
3.14	Princípio da legalidade – art. 8º	44
3.15	Princípio da publicidade – art. 8º	45
3.16	Princípio da eficiência – art. 8º	46
3.17	Princípio da lealdade processual	46
3.18	Princípio da motivação – art. 11	46
3.19	Princípio da cronologia – art. 12	48
3.20	Princípio da imparcialidade	49
4.	Princípios processuais consagrados pela doutrina e pela jurisprudência	49
4.1	Princípio do juízo natural	49
4.2	Princípio do duplo grau de jurisdição	51
4.3	Princípio da identidade física do juiz	51
4.4	Princípio da efetividade (da máxima coincidência possível)	52
4.5	Princípio da adequação (ou da adaptabilidade)	52
4.6	Princípio da improrrogabilidade (e irredutibilidade) da jurisdição	53
4.7	Princípios dispositivo e inquisitivo	53
4.8	Princípio da instrumentalidade das formas	54
4.9	Princípio da economia processual	54
4.10	Princípio da persuasão racional do juiz (ou do livre convencimento motivado)	55
4.11	Princípio da verdade real	56
4.12	Princípio da oralidade	57
4.13	Princípio da liberdade das partes no processo	57
4.14	Princípio da congruência	57
3	Aplicação das normas processuais: a lei processual civil no espaço e no tempo (arts. 13 a 15)	61
1.	Introdução	61

1.1	A lei processual civil no espaço	61
1.2	A lei processual civil no tempo.....	62
1.2.1	Direito intertemporal.....	65
2.	Normas processuais civis como fontes subsidiárias	69
4	Jurisdição, ação e processo: a trilogia estrutural do Direito Processual Civil	71
1.	Jurisdição, ação e processo: a trilogia estrutural do Direito Processual	71
2.	Jurisdição.....	72
2.1	Conceito de jurisdição	72
2.2	Características da jurisdição	72
2.2.1	Unidade	72
2.2.2	Secundariedade	75
2.2.3	Substitutividade.....	77
2.2.4	Imparcialidade.....	78
2.2.5	Criatividade.....	78
2.2.6	Inércia	79
2.2.7	Definitividade.....	80
2.3	Princípios da jurisdição	80
2.3.1	Princípio do juízo natural	81
2.3.2	Princípio da improrrogabilidade.....	82
2.3.3	Princípio da indeclinabilidade (ou da inafastabilidade)	83
2.3.4	Princípio da inevitabilidade.....	84
2.3.5	Princípio da indelegabilidade	84
2.4	Jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária	84
3.	Tutela jurisdicional.....	87
3.1	Principais espécies de tutelas jurisdicionais.....	89
3.2	Sistematização das tutelas jurisdicionais.....	91
3.3	Tutela jurisdicional sob a perspectiva do réu	94
3.4	Órgãos jurisdicionais incumbidos da tutela jurisdicional no Brasil.....	95
4.	Meios alternativos de pacificação social	98
4.1	Autotutela	99
4.2	Mediação e conciliação.....	99
4.3	Julgamento por órgão administrativo.....	101
5.	Arbitragem	101
6.	Ação	107
6.1	Conceito e evolução	107
6.2	O CPC/2015 e as “condições da ação”	109
6.3	Elementos da ação	110
6.4	Classificação das ações	113
7.	Processo.....	117
7.1	Conceito.....	117

7.2	As várias visões do processo	120
7.2.1	Processo e procedimento	120
7.2.2	Processo como contrato	121
7.2.3	Processo como quase contrato	121
7.2.4	Processo como relação jurídica	122
7.2.5	Processo como situação jurídica	122
7.2.6	Processo como instituição jurídica	123
7.2.7	Processo como procedimento em contraditório	123
7.2.8	Processo como entidade complexa	124
7.3	Sujeitos do processo	125
7.4	Espécies de processo	125
8.	Pressupostos processuais	126
9.	Pressupostos e requisitos processuais	126
10.	Os diversos planos do mundo jurídico	127
10.1	O plano da existência	127
10.2	O plano de validade	128
10.3	O plano de eficácia	128
11.	Classificação dos pressupostos e dos requisitos processuais	129
11.1	Pressupostos processuais subjetivos	129
11.2	Pressuposto processual objetivo: a existência de uma demanda	132
11.3	Requisitos processuais subjetivos de validade	133
11.4	Requisitos processuais objetivos positivos (ou intrínsecos): respeito ao formalismo processual	138
11.5	Requisitos processuais objetivos negativos (ou extrínsecos)	140
11.6	Requisitos processuais necessários à admissibilidade do processo	142
11.7	Distinção entre legitimidade para a causa, legitimidade para o processo e capacidade de ser parte	145
11.8	Teorias da exposição e da asserção	146
12.	Processo eletrônico ou autos virtuais	148
5	A função jurisdicional: limites da jurisdição nacional e cooperação internacional (arts. 16 a 41)	151
1.	Introdução	151
2.	Limites da jurisdição nacional	152
2.1	Competência concorrente	153
2.2	Competência exclusiva	155
2.3	Cláusula de eleição de foro	156
3.	Cooperação internacional	157
3.1	Introdução	157
3.2	Autoridade central	158
3.3	Reciprocidade	159
3.4	Mecanismos de cooperação internacional	159

3.4.1	Auxílio direto (ou assistência direta).....	160
3.4.2	Carta rogatória.....	161
3.4.3	Homologação de sentença estrangeira.....	162
6	Competência interna e cooperação nacional (arts. 42 a 69)	165
1.	Introdução.....	165
2.	Princípios norteadores da competência jurisdicional.....	165
2.1	Princípio do juízo natural.....	165
2.2	Princípio da competência sobre a competência (<i>Kompetenz-kompetenz</i>).....	166
2.3	Princípio da perpetuação da competência (<i>perpetuatio jurisdictionis</i>)....	166
3.	Critérios determinativos da competência.....	167
3.1	Critério objetivo.....	167
3.1.1	Competência em razão do valor da causa.....	167
3.1.2	Competência em razão da matéria e em razão da pessoa.....	168
3.2	Critério funcional.....	171
3.3	Critério territorial.....	172
3.3.1	Foro geral.....	172
3.3.2	Foros especiais.....	174
4.	Metodologia para determinação da competência.....	177
5.	(In)competência absoluta e relativa.....	179
6.	Modificação da competência.....	180
6.1	Prorrogação.....	181
6.2	Conexão e continência.....	181
6.3	Eleição de foro (derrogação da competência).....	184
7.	Prevenção.....	184
8.	Regra da acessoriedade.....	186
9.	Conflito de competência.....	186
10.	Cooperação nacional.....	187
7	Partes e procuradores (arts. 70 a 112)	193
1.	Partes.....	193
1.1	Conceito.....	193
1.2	Capacidade de ser parte.....	194
1.3	Capacidade processual, capacidade para estar em juízo, capacidade judiciária ou legitimação <i>ad processum</i> : diversos nomes para o mesmo conceito.....	196
1.3.1	Capacidade processual dos cônjuges.....	197
1.3.2	Capacidade processual dos entes referidos no art. 75.....	199
1.4	Incapacidade processual e irregularidade na representação.....	201
1.5	Dos deveres das partes e de seus procuradores.....	202
1.5.1	Da responsabilidade das partes por dano processual. As sanções processuais por litigância de má-fé.....	205

1.6	Das despesas, dos honorários advocatícios e das multas: o regime financeiro do Código de Processo Civil	208
1.6.1	O pagamento das despesas processuais.....	209
1.6.1.1	Do ônus de adiantar as despesas processuais	209
1.6.1.2	Da obrigação final pelo custo do processo	210
1.6.1.3	Da divisão dos ônus sucumbenciais: princípios da sucumbência e da causalidade.....	211
1.6.2	Os honorários advocatícios.....	213
1.6.2.1	Honorários advocatícios nas ações em que for parte a Fazenda Pública: regras especiais.....	221
1.6.2.2	Titularidade e cobrança dos honorários	223
1.7	Assistência judiciária: concessão dos benefícios, procedimento, impugnação e recursos.....	232
2.	Procuradores.....	238
2.1	A capacidade postulatória conferida aos advogados	238
2.2	Procuração assinada digitalmente.....	239
2.2.1	Requisitos da procuração.....	240
2.3	Direitos dos advogados.....	241
3.	Sucessão das partes e dos procuradores	243
8	Litisconsórcio (arts. 113 a 118)	245
1.	Conceito	245
2.	Classificação do litisconsórcio.....	245
3.	Hipóteses legais de litisconsórcio.....	247
3.1	Litisconsórcio facultativo, sucessivo, alternativo e eventual	248
4.	Litisconsórcio unitário e necessário	248
5.	Litisconsórcio necessário: ativo e passivo	250
6.	Litisconsórcio multitudinário.....	251
7.	Autonomia dos litisconsortes	252
9	Intervenção de terceiros (arts. 119 a 138)	257
1.	Noções gerais	257
1.1	Hipóteses de não cabimento das intervenções previstas no CPC/2015... ..	258
2.	Assistência (arts. 119 a 124).....	259
2.1	Conceito.....	259
2.2	Situação processual, poderes e ônus processuais do assistente	259
2.2.1	Assistência simples.....	260
2.2.1.1	Extensão da coisa julgada, efeitos da interposição de recursos na assistência simples e indiscutibilidade da justiça da decisão	260
2.2.2	Assistência litisconsorcial.....	261
2.3	Limite temporal para admissão do assistente e impugnação	262
3.	Denúnciação da lide (arts. 125 a 129)	264

3.1	Conceito.....	264
3.2	Hipóteses de admissibilidade.....	264
3.3	(Não) obrigatoriedade da denunciação.....	267
3.4	Procedimento.....	268
3.5	Procedimentos que admitem a denunciação.....	268
3.6	A possibilidade de condenação direta de seguradora.....	269
3.7	Julgamento da denunciação da lide e verbas de sucumbência.....	271
4.	Chamamento ao processo (arts. 130 a 132).....	272
4.1	Conceito.....	272
4.2	Hipóteses de admissibilidade.....	273
4.3	Procedimento.....	274
4.4	Chamamento ao processo nas ações de alimentos.....	275
4.5	Chamamento ao processo no Código de Defesa do Consumidor.....	277
5.	Incidente de descon sideração da personalidade jurídica (arts. 133 a 137).....	278
5.1	Noções gerais.....	278
5.2	(Des)necessidade de ação autônoma.....	281
5.3	Legitimidade para a instauração do incidente.....	281
5.4	Descon sideração inversa da personalidade jurídica.....	282
5.5	Hipóteses de cabimento.....	283
5.6	Procedimento para a descon sideração da personalidade jurídica.....	284
5.7	Efeitos da descon sideração.....	285
6.	<i>Amicus curiae</i> (art. 138).....	288
6.1	Introdução.....	288
6.2	O <i>amicus curiae</i> como instrumento de legitimação dos precedentes judiciais.....	289
6.3	Natureza jurídica.....	289
6.4	Intervenção do <i>amicus curiae</i> nas ações de controle de constitucionalidade.....	290
6.5	A intervenção do <i>amicus curiae</i> nos demais processos judiciais.....	291
6.5.1	Requisitos para a intervenção do <i>amicus curiae</i>	292
6.5.2	Procedimento para a intervenção.....	293
6.5.3	Momento para a intervenção.....	293
6.5.4	Interposição de recursos.....	294
6.5.4.1	Recurso contra a decisão que (in)admite a intervenção.....	294
6.5.4.2	Embargos declaratórios e incidente de resolução de demandas repetitivas.....	295
6.5.5	Necessidade de advogado.....	296
7.	Oposição e nomeação à autoria: intervenções excluídas do CPC/2015?.....	297
8.	A intervenção anômala das pessoas de direito público.....	298

10 O juiz e os auxiliares da justiça (arts. 139 a 175)	301
1. Poderes, deveres e responsabilidades do juiz	301
2. O poder-dever de prestar a tutela jurisdicional	310
3. Limites da decisão	311
4. Princípio da identidade física do juiz	312
5. Responsabilidades do juiz	312
6. Impedimentos e suspeição	313
6.1 Recusa dos impedidos ou suspeitos	316
7. Auxiliares da justiça	317
11 As funções essenciais à justiça: o Ministério Público, a Advocacia Pública, a Defensoria Pública e a Advocacia Privada (arts. 176 a 187 do CPC e art. 133 da CF)	323
1. Introdução.....	323
2. As funções essenciais à justiça.....	324
2.1 O Ministério Público	325
2.1.1 Natureza da atuação.....	325
2.1.2 Princípios institucionais.....	326
2.1.3 Formas de atuação.....	327
2.1.4 Consequências da ausência do Ministério Público no processo...	330
2.1.5 Prazos e responsabilidades.....	330
2.1.6 Impedimento, suspeição e incompetência.....	331
2.1.7 Legitimidade para recorrer	331
2.1.8 Outras hipóteses de atuação do Ministério Público no Processo Civil.....	332
2.2 A Advocacia Pública	336
2.2.1 Funções.....	337
2.2.2 Autonomia	337
2.2.3 Formas de atuação.....	338
2.2.4 Prazos e responsabilidades.....	339
2.3 A Defensoria Pública	340
2.3.1 A Defensoria Pública como cláusula pétrea	341
2.3.2 Funções.....	341
2.3.2.1 As funções da Defensoria Pública no CPC atual	342
2.3.3 A Defensoria Pública e o controle de constitucionalidade.....	344
2.3.4 Princípios institucionais.....	346
2.3.5 Prazos e responsabilidades.....	347
2.4 A Advocacia Privada.....	349
12 Atos processuais (arts. 188 a 293)	351
1. Conceito	351
2. Classificação dos atos processuais.....	352

2.1	Atos das partes	352
2.2	Pronunciamentos (ou atos) do juiz	353
2.2.1	Sentença.....	353
2.2.2	Acórdão	354
2.2.3	Decisão monocrática de relator.....	354
2.2.4	Decisão interlocutória	354
2.2.5	Despachos	354
2.3	Atos do escrivão.....	355
3.	Forma dos atos processuais.....	355
3.1	Convenção acerca da prática dos atos processuais	357
4.	Atos processuais praticados por meio eletrônico.....	360
4.1	Assinatura eletrônica	360
4.2	Informática jurídica	363
5.	Linguagem utilizada nos atos processuais	365
6.	Publicidade dos atos processuais	366
7.	O tempo e o lugar dos atos processuais.....	366
8.	Férias e feriados forenses.....	368
9.	Os prazos processuais	371
9.1	Classificação dos prazos	372
9.2	Principais prazos para a prática de atos processuais.....	375
9.3	O curso dos prazos.....	377
9.4	Contando os prazos.....	380
9.4.1	Termo inicial dos prazos	381
9.4.1.1	Forma de contagem dos prazos.....	384
9.4.2	Algumas regras especiais sobre contagem de prazo	386
9.5	Prazos para o Ministério Público, para a Fazenda Pública e para a Defensoria Pública	387
10.	Preclusão	387
11.	Descumprimento de prazos e penalidades	388
12.	Comunicação dos atos processuais.....	389
12.1	Meios pelos quais se realizam as citações e as intimações	389
12.2	Citação	391
12.2.1	Citação por meio eletrônico: agora essa é a regra.....	392
12.2.2	Citação pelo correio.....	394
12.2.3	Citação por oficial de justiça.....	395
12.2.4	Citação na Secretaria do juízo	395
12.2.5	Citação por edital	395
12.2.6	Citação nas ações de usucapião de bem imóvel	396
12.2.7	Efeitos da citação	396
12.3	A interrupção da prescrição e da decadência como efeitos do despacho que ordena a citação.....	397
12.4	Declaração de ofício da prescrição e da decadência.....	399

12.5	Intimação.....	400
13.	Nulidades.....	401
13.1	Os diversos planos dos fatos jurídicos: existência, validade e eficácia....	402
13.2	Nulidade absoluta e nulidade relativa.....	402
13.3	Sistema de nulidades no CPC.....	403
13.3.1	Considerações gerais	403
13.3.2	Momento de arguição da nulidade	404
13.3.3	Decretação da nulidade e seus efeitos	404
13.3.4	Nulidade na hipótese de não intervenção do Ministério Público	404
13	Tutela provisória (arts. 294 a 311)	411
1.	Noções gerais	411
2.	A urgência e a evidência como fundamentos das tutelas provisórias	413
3.	Disposições comuns a todas as espécies de tutelas provisórias.....	415
3.1	A tutela provisória requerida em caráter incidental independe do pagamento de custas (art. 295)	415
3.2	A tutela provisória conserva sua eficácia na pendência do processo, mas pode, a qualquer tempo, ser revogada ou modificada (art. 296, <i>caput</i>)...	415
3.3	O juiz poderá determinar as medidas que considerar adequadas para efetivação da tutela provisória (art. 297). A efetivação da tutela provisória observará as normas referentes ao cumprimento provisório da sentença, no que couber (parágrafo único).....	417
3.4	Na decisão que conceder, negar, modificar ou revogar a tutela provisória, o juiz justificará as razões de seu convencimento de modo claro e preciso (art. 298)	418
3.5	A competência para apreciar a tutela provisória será do juízo da causa quando ela for requerida em caráter incidental; será do juízo competente para conhecer do pedido principal quando requerida em caráter antecedente (art. 299)	419
3.6	Tutela provisória e contraditório – a regra é a concessão antes de ouvir o demandado	419
4.	Tutela provisória e recurso.....	420
5.	Tutela provisória contra a Fazenda Pública	422
6.	Disposições gerais referentes às tutelas de urgência (cautelar e antecipada)	425
6.1	Fungibilidade entre as tutelas de urgência (cautelar e antecipada).....	425
6.2	Requisitos para concessão das tutelas de urgência	425
6.3	Prestação de caução real ou fidejussória como requisito para a concessão das tutelas de urgência	426
6.4	Momento para o deferimento das tutelas de urgência	427
6.5	A reversibilidade dos efeitos da decisão como condicionante para deferimento da tutela de urgência de natureza antecipada	428
6.6	Indenização pelos prejuízos decorrentes da tutela de urgência	429
6.6.1	Sentença desfavorável (art. 302, I)	431

6.6.2	Obtenção da liminar da tutela em caráter antecedente e não fornecimento de meios necessários para a citação do requerido no prazo de 5 dias (art. 302, II)	432
6.6.3	Cessaç�o da efic�cia em qualquer hip�tese legal (art. 302, III) ..	433
6.6.4	Acolhimento da alega�o de decad�ncia ou prescri�o (art. 302, IV)	433
7.	Da tutela cautelar.....	434
7.1	Das tutelas id�neas para asseguara�o do direito	434
7.2	A tutela cautelar requerida concomitantemente com o pedido principal ou incidentalmente ao processo	436
7.3	A tutela cautelar requerida em car�ter antecedente.....	436
7.3.1	Requisitos da peti�o inicial da tutela cautelar antecedente.....	437
7.3.2	Cogni�o preliminar e aprecia�o do pedido de liminar	438
7.3.3	As poss�veis atitudes do r�u em face da cita�o e o encaminhamento do processo	438
7.3.4	Momento para formula�o do pedido principal.....	439
7.3.5	E se o pedido principal n�o for apresentado no prazo de 30 dias da efetiva�o da tutela cautelar?	442
7.3.5.1	Consequ�ncias do indeferimento ou da n�o efetiva�o da tutela cautelar	442
7.3.6	O pedido principal – procedimento	444
7.3.7	Causas que fazem cessar a efic�cia da tutela cautelar.....	445
8.	Da tutela antecipada.....	447
8.1	Linhas gerais sobre a tutela antecipada	447
8.2	Momentos para requerimento e concess�o da tutela antecipada.....	448
8.3	Procedimento da tutela antecipada requerida em car�ter antecedente....	448
8.3.1	Requisitos da peti�o inicial da tutela antecipada requerida em car�ter antecedente	449
8.3.2	Cogni�o preliminar e aprecia�o do pedido de tutela antecipada liminar	450
8.3.3	O aditamento da peti�o inicial e a cita�o do r�u.....	450
8.3.4	A estabiliza�o da tutela antecipada concedida em car�ter antecedente.....	451
8.3.4.1	Estabiliza�o da tutela antecipada – um bicho de duas cabe�as	453
8.3.5	A�o revisional da tutela antecipada estabilizada.....	454
8.3.6	Quest�es suscitadas acerca da estabiliza�o da tutela antecipada.....	456
8.3.7	A estabiliza�o da tutela antecipada se aplica �s a�es possess�rias?	457
9.	Da tutela da evid�ncia	461
9.1	No�es gerais	461
9.2	Situa�es jur�dico-processuais que ensejam a concess�o da tutela da evid�ncia.....	462

14	Formação, suspensão e extinção do processo (arts. 312 a 317).....	469
1.	Visão geral do processo.....	469
2.	Formação da relação processual.....	469
2.1	Estabilização do processo.....	470
3.	Suspensão do processo.....	470
3.1	Suspensão do processo pela morte ou pela perda da capacidade processual (art. 313, I).....	471
3.2	Suspensão do processo por convenção das partes (art. 313, II).....	472
3.3	Suspensão do processo pela arguição de impedimento ou suspeição.....	472
3.4	Suspensão pela admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas.....	472
3.5	Suspensão em razão da dependência do julgamento de outra causa, de declaração da existência ou inexistência de relação jurídica ou de produção de prova (art. 313, V, <i>a e b</i>).....	473
3.6	Suspensão por motivo de força maior (art. 313, VI).....	474
3.7	Quando se discutir em juízo questão decorrente de acidentes e fatos da navegação de competência do Tribunal Marítimo (art. 313, VII).....	474
3.8	Outros casos de suspensão regulados pelo Código (art. 313, VIII).....	475
3.9	Suspensão em razão de parto, adoção ou paternidade (art. 313, IX e X) ...	475
3.10	Suspensão para verificação da existência de fato delituoso.....	477
4.	Extinção do processo.....	477

Parte Especial

Parte II – Processo de Conhecimento, Cumprimento de Sentença e Procedimento nos Juizados Especiais

1	Procedimento comum (arts. 318 a 512).....	481
1.	Noções gerais.....	481
2.	Determinação do procedimento.....	482
3.	Visão geral do procedimento comum.....	482
4.	Fase postulatória.....	483
4.1	Petição inicial.....	483
4.1.1	Requisitos da petição inicial.....	484
4.1.1.1	Requisito especial do art. 330, § 2º.....	487
4.1.2	O pedido e suas espécies.....	488
4.1.3	Alteração do pedido.....	489
4.2	Posturas do juiz em face do ajuizamento da ação.....	489
4.2.1	Declaração de impedimento ou de suspeição.....	490
4.2.2	Emenda da petição inicial.....	490
4.2.3	Deferimento da petição inicial.....	492
4.2.4	Indeferimento da petição inicial.....	492

4.2.4.1	Recurso do indeferimento da inicial	493
4.2.5	Julgamento de improcedência do pedido em caráter liminar.....	494
4.2.5.1	Recurso contra a decisão de improcedência liminar...	498
4.3	Audiência conciliatória.....	498
4.4	Resposta do réu.....	502
4.4.1	Exceção de impedimento ou suspeição.....	502
4.4.2	Contestação.....	507
4.4.2.1	Convenção de arbitragem	510
4.4.2.2	Alegação de ilegitimidade do réu.....	511
4.4.2.3	A contestação na qual se argui incompetência pode ser protocolada no foro de domicílio do réu	512
4.4.2.4	Contagem do prazo para a contestação.....	514
4.4.3	Reconvenção	514
4.4.4	Sistema de preclusão das diversas modalidades de resposta	516
4.5	Revelia.....	517
5.	Fase saneadora e julgamento conforme o estado do processo	521
5.1	Extinção do processo	521
5.2	Julgamento antecipado do mérito	522
5.3	Julgamento antecipado parcial do mérito	522
6.	Saneamento e organização do processo	523
7.	Fase instrutória ou probatória	525
7.1	Audiência de instrução e julgamento	526
7.2	Provas.....	528
7.2.1	Produção antecipada da prova	533
7.2.2	Ata notarial	535
7.2.3	Depoimento pessoal	535
7.2.4	Confissão.....	537
7.2.5	Exibição de documento ou coisa.....	538
7.2.6	Prova documental	541
7.2.7	Arguição de falsidade	543
7.2.8	Documentos eletrônicos	545
7.2.9	Prova testemunhal.....	546
7.2.10	Prova pericial.....	550
7.2.10.1	Indeferimento e dispensa da prova pericial.....	551
7.2.10.2	Prova técnica simplificada	551
7.2.10.3	Perícia consensual	552
7.2.10.4	Procedimento.....	552
7.2.10.5	Requisitos do laudo pericial.....	555
7.2.10.6	Nova perícia	556
7.2.10.7	Responsabilidade do perito.....	557
7.2.10.8	Assistentes técnicos.....	557

7.2.10.9	Escusa, impedimento e suspeição.....	557
7.2.10.10	Substituição do perito.....	558
7.2.10.11	O juiz e o laudo pericial.....	559
7.2.11	Inspeção judicial.....	561
7.2.11.1	Procedimento.....	562
8.	Fase decisória.....	563
8.1	Considerações gerais.....	563
8.2	Conceito de sentença.....	564
8.3	Sentença terminativa.....	564
8.3.1	Hipóteses de extinção sem resolução do mérito.....	564
8.4	Sentença definitiva.....	568
8.5	Elementos essenciais da sentença.....	572
8.5.1	Ausência de fundamentação.....	573
8.6	Classificação e efeitos das sentenças definitivas.....	576
8.7	Conformação da sentença ao pedido.....	578
8.8	Sentenças <i>citra petita</i> , <i>ultra petita</i> e <i>extra petita</i>	579
8.9	Sentença condicional.....	580
8.10	Sentença e fato superveniente.....	581
8.11	Modificação da sentença.....	582
8.12	Efeitos da sentença.....	583
8.13	Sentença que tenha por objeto obrigação de fazer, de não fazer e de entregar coisa.....	584
8.14	Sentença que tenha por objeto a emissão de declaração de vontade.....	587
8.15	Remessa necessária (art. 496).....	587
9.	Coisa julgada.....	591
9.1	Introdução.....	591
9.2	Conceito de coisa julgada.....	592
9.3	Limites da coisa julgada.....	594
9.3.1	Limites objetivos da coisa julgada.....	594
9.3.1.1	Coisa julgada e questão prejudicial.....	596
9.3.2	Limites subjetivos da coisa julgada.....	598
9.4	Coisa julgada e relação jurídica continuativa.....	600
9.5	Coisa julgada nas ações coletivas.....	600
9.5.1	Coisa julgada nas ações coletivas envolvendo direitos difusos...	602
9.5.2	Coisa julgada e direitos coletivos <i>stricto sensu</i>	604
9.5.3	Coisa julgada e direitos individuais homogêneos.....	604
9.5.4	A limitação territorial da coisa julgada nas ações coletivas.....	605
9.6	Relativização da coisa julgada.....	606
9.7	Outros aspectos da coisa julgada.....	610
10.	Liquidação de sentença (arts. 509 a 512).....	612
10.1	Noções gerais.....	612

10.2	Determinação do valor da condenação por cálculo do credor	612
10.3	Liquidação na pendência de recurso	613
10.4	Procedimento.....	613
10.4.1	Liquidação por arbitramento.....	614
10.4.2	Liquidação pelo procedimento comum	615
10.5	Outros aspectos da liquidação.....	615
2	Cumprimento de sentença (arts. 513 a 538)	617
1.	Introdução.....	617
2.	Títulos executivos judiciais	618
3.	Disposições gerais relativas ao cumprimento da sentença	622
3.1	Possibilidade de protesto da decisão judicial transitada em julgado e inclusão do nome do devedor em cadastro de inadimplentes	627
4.	Cumprimento provisório de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa	630
4.1	Procedimento.....	632
5.	Cumprimento definitivo	633
5.1	Honorários advocatícios no cumprimento definitivo	640
5.2	Moratória legal e cumprimento de sentença	641
5.3	Impugnação (defesa do devedor).....	642
5.3.1	Legitimidade	643
5.3.2	(Des)necessidade de prévia garantia do juízo	644
5.3.3	Exceções (defesas) que podem ser arguidas na impugnação	644
5.3.4	Rejeição liminar da impugnação e efeito suspensivo	650
5.3.5	Alegação de fato superveniente.....	651
6.	Cumprimento de sentença nas obrigações de prestar alimentos.....	654
6.1	Introdução.....	654
6.2	Cumprimento da sentença pelo meio coercitivo da prisão	657
6.3	Cumprimento da sentença pela expropriação de bens.....	659
6.4	Cumprimento da sentença mediante desconto em folha.....	660
6.5	Cumprimento da decisão que fixa alimentos provisórios	660
6.6	Cumprimento da sentença que fixa alimentos indenizatórios.....	661
6.7	Abandono material	663
7.	Cumprimento de obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública	664
7.1	Introdução.....	664
7.2	Pagamento das condenações contra a Fazenda Pública.....	664
7.2.1	Pagamento por meio de precatório.....	664
7.2.2	Pagamento por meio de RPV	666
7.2.3	Regime de compensação obrigatória e a inconstitucionalidade dos §§ 9º e 10 da CF/1988.....	669
7.3	Procedimento.....	670
7.3.1	Impugnação e condenação em honorários.....	670

7.3.1.1	Honorários na execução invertida	671
7.3.1.2	Honorários nas condenações em ações coletivas.....	672
8.	Cumprimento de sentença nas obrigações de fazer e de não fazer	673
8.1	Cumprimento provisório da multa.....	674
9.	Cumprimento de sentença nas obrigações de entregar coisa.....	676
9.1	Benfeitorias e direito de retenção e indenização	677
3	Procedimentos nos Juizados Especiais Cíveis – Leis nº 9.099/1995, 10.259/2001 e 12.153/2009.....	679
1.	O microsistema dos Juizados Especiais Cíveis	679
1.1	Juizados Especiais Cíveis estaduais (Lei nº 9.099/1995)	680
1.2	Juizados Especiais Cíveis federais (Lei nº 10.259/2001).....	681
1.3	Juizados Especiais Cíveis da Fazenda Pública dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios (Lei nº 12.153/2009).....	682
2.	Princípios orientadores do processo nos Juizados Especiais Cíveis	682
3.	Composição dos Juizados Especiais Cíveis.....	684
4.	Competência dos Juizados Especiais Cíveis	685
4.1	Considerações gerais.....	685
4.2	Competência dos Juizados Especiais estaduais (Lei nº 9.099/1995).....	686
4.3	Competência dos Juizados Especiais federais (Lei nº 10.259/2001).....	689
4.3.1	Competência absoluta dos Juizados Especiais Cíveis federais....	692
4.4	Competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública (Lei nº 12.153/2009).....	693
5.	Capacidade de ser parte e capacidade processual.....	694
5.1	Capacidade de ser parte nos Juizados Especiais estaduais (Lei nº 9.099/1995).....	696
5.2	Capacidade de ser parte nos Juizados Especiais federais (Lei nº 10.259/2001).....	697
5.3	Capacidade de ser parte nos Juizados Especiais da Fazenda Pública (Lei nº 12.153/2009).....	698
6.	Capacidade postulatória.....	699
7.	Intervenção de terceiro e litisconsórcio	700
7.1	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica.....	700
7.1.1	Procedimento	702
8.	Intervenção do Ministério Público	703
9.	Medidas de urgência	704
10.	Os atos processuais nos Juizados Especiais Cíveis.....	705
10.1	Os atos processuais nos Juizados Especiais estaduais.....	705
10.2	Os atos processuais nos Juizados Especiais federais	706
10.3	Os atos processuais nos Juizados Especiais da Fazenda Pública.....	706
11.	Extinção do processo sem resolução do mérito.....	707
12.	Seqüência dos atos do procedimento nos Juizados Especiais	707

12.1	Sequência dos atos nos Juizados Especiais estaduais.....	707
12.2	Sequência dos atos nos Juizados Especiais federais.....	709
12.3	Sequência dos atos nos Juizados Especiais da Fazenda Pública.....	710
13.	Recursos cabíveis.....	711
13.1	Considerações gerais.....	711
13.2	Recurso inominado contra sentença (apelação)	713
13.3	Embargos de declaração contra sentença ou acórdão	715
13.4	Recurso de agravo contra medidas cautelares e de antecipação de tutela	716
13.5	Recurso extraordinário.....	717
13.6	Da reclamação e do pedido de uniformização de jurisprudência	718
14.	Outros meios de impugnação das decisões	722
15.	O não cabimento do reexame necessário nos Juizados Especiais federais e nos Juizados Especiais da Fazenda Pública.....	725
16.	Os prazos do CPC/2015 e as influências no procedimento sumaríssimo	725
17.	Cumprimento de sentença e execução de títulos extrajudiciais	728
17.1	Juizados Especiais estaduais.....	728
17.2	Juizados Especiais federais	730
17.3	Juizados Especiais da Fazenda Pública.....	732

Parte Especial

Parte III – Procedimentos Especiais

1	Procedimentos especiais (arts. 539 a 770).....	741
1.	Introdução.....	741
2.	Ação de consignação em pagamento (arts. 539 a 549).....	742
2.1	Noções gerais	742
2.2	Hipóteses autorizadoras da consignação.....	745
2.3	Objeto da consignação em pagamento.....	747
2.4	Modalidades de consignação	747
2.4.1	Consignação extrajudicial.....	747
2.4.2	Consignação judicial.....	749
2.5	Legitimidade para a ação de consignação.....	750
2.5.1	Legitimidade ativa.....	750
2.5.2	Legitimidade passiva.....	751
2.6	Foro competente.....	751
2.7	Procedimentos da consignação	751
2.8	Procedimento da ação de consignação em pagamento.....	752
2.8.1	Consignação de prestações sucessivas.....	753
2.8.2	Valor da causa.....	754
2.8.3	Citação.....	754

2.8.4	Atitudes do réu	755
2.8.5	Respostas do réu.....	755
2.8.6	Complementação do depósito.....	756
2.9	Instrução.....	757
2.10	Sentença.....	757
2.11	Outros aspectos da consignação em pagamento.....	757
2.11.1	Consignação principal e consignação incidente	757
2.11.2	Consignação fundada na dúvida quanto à titularidade do crédito	758
2.11.3	Resgate de aforamento.....	758
3.	Ação de exigir contas (arts. 550 a 553).....	761
3.1	Noções gerais	761
3.2	Prazo prescricional.....	762
3.3	Legitimidade	762
3.4	Competência	763
3.5	Procedimento.....	764
3.5.1	Primeira fase	764
3.5.1.1	Respostas possíveis.....	765
3.5.1.2	Natureza da decisão que julga a primeira fase da ação de exigir contas.....	767
3.5.2	Segunda fase.....	767
3.5.3	Sucumbência na ação de exigir contas.....	769
4.	Ações possessórias (arts. 554 a 568)	772
4.1	Noções gerais sobre a posse	772
4.2	Natureza jurídica da posse	773
4.3	Classificação da posse.....	773
4.4	Proteção possessória	774
4.4.1	Uma pitada de história	774
4.4.2	O juízo possessório e o juízo petitório	775
4.4.3	Ações possessórias típicas.....	776
4.4.4	A perda da pretensão possessória e a caducidade do direito ao rito especial: prescrição e decadência.....	777
4.4.5	Outros mecanismos para a tutela da posse	779
4.5	Fungibilidade das possessórias.....	780
4.6	Natureza dúplice das ações possessórias.....	781
4.7	Procedimento das ações possessórias.....	781
4.7.1	Legitimação e intervenção de terceiros.....	781
4.7.2	Competência.....	782
4.7.3	Petição inicial.....	784
4.7.4	Tutela provisória de natureza antecipada: deferimento liminar, mediante justificação prévia ou em qualquer momento procedimental.....	785

4.7.4.1	Justificação prévia	787
4.7.5	Respostas do réu.....	788
4.7.5.1	Reconvenção	789
4.7.5.2	A exceção de domínio	790
4.8	Entrega da prestação jurisdicional: sentença, cumprimento e recursos ..	791
4.9	Ações possessórias em espécie e a (des)necessidade de caução.....	792
4.10	Litígios coletivos pela posse de bem imóvel	793
5.	Ação de divisão e de demarcação de terras particulares (arts. 569 a 598).....	798
5.1	Aspectos comuns às ações de divisão e demarcação	798
5.2	Procedimento da ação demarcatória	799
5.3	Procedimento da ação divisória	801
5.4	Demarcação e divisão por escritura pública.....	801
6.	Ação de dissolução parcial de sociedade (arts. 599 a 609).....	803
6.1	Introdução.....	803
6.2	Objeto	803
6.3	Legitimidade	804
6.4	Competência	806
6.5	Procedimento.....	806
6.5.1	Especificidades quanto à exclusão de sócios minoritário e majoritário.....	807
7.	Inventário e partilha (arts. 610 a 673)	810
7.1	Introdução.....	810
7.2	Espécies de inventário.....	812
7.3	Inventário negativo	812
7.4	Inventário extrajudicial.....	812
7.5	Aspectos procedimentais do inventário e da partilha na via judicial.....	815
7.5.1	Legitimidade	815
7.5.2	Competência.....	816
7.5.3	Intervenção do Ministério Público	817
7.5.4	Petição inicial.....	817
7.5.5	Administração provisória e inventariança.....	818
7.5.6	Primeiras declarações	820
7.5.7	Citação	820
7.5.8	Impugnação às primeiras declarações.....	821
7.5.9	Avaliação dos bens e últimas declarações.....	821
7.5.10	Pagamento das dívidas do autor da herança	822
7.5.11	Colação e sonegação	822
7.6	A partilha propriamente dita	823
7.6.1	Sobrepilha	825
7.6.2	Invalidação da partilha.....	825
7.6.3	Partilha e a sucessão do nascituro.....	826

7.7	Procedimento do arrolamento sumário	826
7.8	Procedimento do arrolamento comum	828
8.	Embargos de terceiro (arts. 674 a 681)	835
8.1	Noções gerais	835
8.2	Legitimidade para os embargos.....	836
8.2.1	Legitimidade ativa.....	836
8.2.1.1	Legitimidade ativa do promissário comprador.....	839
8.2.2	Legitimidade passiva.....	840
8.3	Competência	841
8.4	Momento para a oposição dos embargos de terceiro	841
8.5	Procedimento.....	842
8.5.1	Petição inicial.....	842
8.5.2	Da liminar	843
8.5.3	Citação	844
8.5.4	Contestação.....	844
8.5.5	Sentença.....	845
8.6	Outras questões processuais	846
8.6.1	Desconsideração da personalidade jurídica	846
8.6.2	Embargos de terceiro e fraudes	846
9.	Oposição (arts. 682 a 686).....	852
9.1	Introdução	852
9.2	Aspectos da oposição	852
9.3	Procedimento.....	852
10.	Habilitação (arts. 687 a 692)	854
10.1	Considerações gerais.....	854
10.2	Aspectos do procedimento da habilitação	855
11.	Ações de família (arts. 693 a 699)	856
11.1	Introdução	856
11.2	Separação judicial: o fim da controvérsia gerada pela EC nº 66/2010	856
11.2.1	Regras de transição decorrentes da EC nº 66/2010	858
11.3	Aspectos procedimentais da separação e do divórcio litigiosos	859
11.3.1	Legitimidade e intervenção de terceiros	860
11.3.2	Contestação.....	861
11.3.3	Reconvenção	861
11.3.4	Revelia.....	862
11.3.5	Tutelas provisórias.....	863
11.3.6	Sentença.....	864
11.4	Implicações da dissolução matrimonial.....	864
11.4.1	O nome de casado	864
11.4.2	Os alimentos	866
11.4.3	Guarda dos filhos	867

11.5	Reconhecimento e extinção de união estável	868
11.5.1	União estável como entidade familiar	868
11.5.2	Caracterização e procedimento para o reconhecimento da união estável.....	869
11.5.3	Extinção da união estável.....	871
11.6	Guarda, visitação e filiação	873
11.6.1	A questão da guarda compartilhada.....	873
11.6.2	Investigação de paternidade	875
11.7	Especificidades das ações de família.....	878
11.7.1	Foro competente.....	878
11.7.2	Incentivo à conciliação e mediação	879
11.7.3	Citação.....	880
11.7.4	Intervenção do Ministério Público.....	880
11.7.5	Alienação parental	881
12.	Ação monitória (arts. 700 a 702).....	883
12.1	Introdução	883
12.2	Natureza jurídica da ação monitória	885
12.3	Legitimidade e interesse de agir	886
12.4	Prova documental como pressuposto da tutela monitória	888
12.5	Objeto da ação monitória.....	892
12.6	Competência	892
12.7	Procedimento.....	893
12.7.1	Petição inicial.....	893
12.7.2	Natureza jurídica do provimento inicial que defere a expedição do mandado monitório	894
12.7.3	Citação	894
12.7.4	Respostas possíveis do devedor.....	895
12.7.5	Natureza jurídica dos embargos monitórios	896
12.7.6	Processamento dos embargos.....	897
12.8	Sentença.....	898
12.9	Coisa julgada.....	899
12.10	Execução	900
12.11	Outras questões processuais	901
12.11.1	Possibilidade de ajuizamento de ação monitória em face da Fazenda Pública.....	901
12.11.2	Ação monitória contra incapazes.....	902
12.11.3	Ação monitória contra massa falida e devedor insolvente	902
12.11.4	Litigância de má-fé.....	903
13.	Homologação do penhor legal (arts. 703 a 706)	905
13.1	Introdução	905
13.2	Homologação judicial.....	906

13.3	Homologação extrajudicial	906
14.	Regulação de avaria grossa (arts. 707 a 711)	908
15.	Restauração de autos (arts. 712 a 718).....	910
16.	Procedimentos especiais extintos com o CPC/2015.....	912
2	Procedimentos especiais de jurisdição voluntária (arts. 719 a 770).....	915
1.	Disposições gerais	915
1.1	Da formação de coisa julgada nos procedimentos de jurisdição voluntária	916
1.2	Procedimentos previstos no art. 725.....	920
2.	Notificação e interpelação (arts. 726 a 729).....	922
3.	Alienações judiciais (art. 730)	924
4.	Divórcio e separação consensuais; extinção consensual de união estável e alteração do regime de bens do matrimônio (arts. 731 a 734)	925
4.1	Noções gerais	925
4.1.1	A Emenda Constitucional nº 66/2010: seria o fim da separação como meio de desenlace entre os cônjuges?.....	926
4.1.2	Manutenção da separação judicial e extrajudicial	928
4.2	Separação judicial consensual	930
4.3	Divórcio judicial consensual.....	931
4.4	Extinção consensual de união estável.....	931
4.5	Alteração do regime de bens do matrimônio	932
4.6	Aspectos procedimentais da separação e divórcio consensuais e da extinção consensual de união estável	935
4.6.1	Petição inicial.....	935
4.6.2	Tentativa preliminar de reconciliação	936
4.6.3	Sentença.....	937
4.7	Procedimentos da separação, divórcio e extinção da união estável extrajudiciais.....	938
4.7.1	Generalidades	938
4.7.2	Via administrativa: faculdade ou imposição?.....	939
4.7.3	As formalidades da escritura pública	940
4.7.3.1	Conteúdo da escritura pública	940
4.7.3.2	Efeitos da escritura.....	941
4.7.4	Presença do advogado	942
4.7.5	Condições para o acesso à via extrajudicial.....	942
4.7.6	Atuação do Ministério Público.....	943
4.7.7	O papel do tabelião	943
5.	Testamentos e codicilos (arts. 735 a 737).....	948
6.	Herança jacente (arts. 738 a 743)	951
7.	Dos bens dos ausentes (arts. 744 e 745)	952
7.1	Disposições suprimidas pelo CPC atual	953

8. Das coisas vagas (art. 746)	955
9. Da interdição (arts. 747 a 758)	955
9.1 Considerações gerais.....	955
9.2 Procedimento da interdição.....	959
9.2.1 Competência.....	959
9.2.2 Legitimidade	959
9.2.3 Competência.....	961
9.2.4 Petição inicial.....	962
9.2.5 Citação e demais atos do processo.....	963
9.2.6 Levantamento da curatela	965
9.2.7 Interdição parcial	966
9.3 Disposições comuns à tutela e à curatela (arts. 759 a 763)	966
10. Da organização e da fiscalização das fundações (arts. 764 e 765)	970
10.1 Elaboração, aprovação e alteração do estatuto	970
10.2 Extinção da fundação	971
11. Da ratificação dos protestos marítimos e dos processos testemunháveis formados a bordo (arts. 766 a 770).....	972
11.1 Noções gerais	972
11.2 Procedimento.....	973

Parte Especial

Parte IV – Processo de Execução

1 Teoria geral da execução (arts. 771 a 796).....	977
1. Introdução.....	977
2. Tutela executiva	978
3. Competência para a execução	982
3.1 Modificação ou prorrogação da competência	983
3.2 Prevenção do juízo executivo	983
3.3 Declaração de incompetência na execução.....	984
3.4 Conflito de competência na execução	984
4. A ação de execução	985
4.1 Requisitos processuais da ação executiva.....	986
4.1.1 Legitimidade para a execução	986
4.1.2 Interesse processual para a execução.....	987
4.2 Princípios da execução	988
5. Requisitos ou pressupostos processuais da execução.....	990
5.1 Pressupostos do processo executivo comuns aos do processo de conhecimento	990
5.2 Pressupostos específicos do processo executivo	991
6. Títulos executivos.....	993

7.	Cumulação de execuções	1000
8.	Atos do processo executivo.....	1001
9.	Partes na execução	1002
9.1	Posição do cônjuge ou companheiro na execução.....	1005
9.2	Sucessão processual na execução	1006
9.3	Litisconsórcio na execução	1007
10.	Intervenção de terceiros no processo de execução	1009
11.	Responsabilidade patrimonial.....	1012
11.1	Responsabilidade originária.....	1012
11.2	Responsabilidade secundária.....	1012
11.3	Responsabilidade envolvendo direito de superfície.....	1014
11.4	Fraude à execução	1014
11.4.1	Fraude à execução e bem não sujeito a registro	1016
11.4.2	Efeitos da alienação.....	1016
11.4.3	Fraude à execução e desconsideração da personalidade jurídica	1017
11.4.4	Fraude à execução × fraude contra credores	1018
12.	Atos atentatórios à dignidade da justiça.....	1019
2	Execuções em espécie (arts. 797 a 913).....	1025
1.	Introdução.....	1025
2.	Execução para entrega de coisa (arts. 806 a 813).....	1027
2.1	Execução para entrega de coisa certa.....	1028
2.2	Execução para entrega de coisa incerta	1029
3.	Execução das obrigações de fazer e de não fazer (arts. 814 a 823)	1030
3.1	Considerações gerais.....	1030
3.2	Execução das obrigações de fazer	1031
3.3	Execução das obrigações de não fazer.....	1032
4.	Execução por quantia certa (arts. 824 a 909).....	1033
4.1	Considerações gerais.....	1033
4.2	Proposição da ação de execução.....	1034
4.2.1	Averbação da execução nos registros públicos.....	1035
4.3	Cognição preliminar, citação, pagamento, arresto e penhora	1036
4.3.1	Impenhorabilidade.....	1041
4.3.2	Aspectos importantes relativos ao bem de família	1050
4.3.3	Indicação de bens à penhora	1057
4.3.4	Penhora por termo nos autos	1060
4.3.5	Arresto ou penhora <i>on-line</i>	1060
4.3.6	Penhora sobre bem indivisível	1066
4.3.7	Penhora de créditos.....	1067
4.3.7.1	Penhora no rosto dos autos.....	1068
4.3.7.2	Penhora de mão própria.....	1069

4.3.8	Penhora das quotas ou ações de sociedades personificadas.....	1069
4.3.9	Penhora de empresa, de outros estabelecimentos e de semoventes	1070
4.3.10	Penhora de percentual de faturamento de empresa	1071
4.3.11	Penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel.....	1073
4.3.12	Avaliação dos bens penhorados	1074
4.3.13	Intimação da penhora.....	1075
4.3.14	Substituição da penhora.....	1079
4.3.15	Natureza e efeitos da penhora	1080
4.4	Expropriação.....	1081
4.4.1	Adjudicação	1082
4.4.2	Alienação (por iniciativa particular e por leilão judicial).....	1085
4.4.2.1	Atos preparatórios.....	1087
4.4.2.2	Do leilão	1089
4.4.2.3	Do auto de arrematação, da entrega dos bens e da expedição da carta de arrematação.....	1093
4.4.2.4	Invalidação, ineficácia e resolução da arrematação ...	1094
4.4.2.5	Desfazimento da arrematação	1096
4.4.2.6	Desistência unilateral do arrematante.....	1097
4.4.3	Apropriação de frutos e rendimentos.....	1098
4.5	Satisfação do crédito	1098
4.5.1	Pagamento parcelado.....	1099
4.5.2	Concurso de preferência	1100
4.5.3	Pagamento pela adjudicação dos bens penhorados.....	1101
5.	Execução contra a Fazenda Pública (art. 910).....	1107
5.1	Embargos à execução contra a Fazenda Pública	1108
6.	Execução de alimentos (arts. 911 a 913)	1111
7.	Execução fiscal (Lei nº 6.830/1980).....	1114
8.	Execução por quantia certa contra devedor insolvente (arts. 748 a 786-A do CPC/1973).....	1128
8.1	Noções gerais	1128
8.2	Caracterização da insolvência	1129
8.3	Legitimação para a insolvência.....	1130
8.4	Competência para a insolvência.....	1131
8.5	Procedimento da insolvência.....	1131
8.5.1	Etapa de conhecimento	1131
8.5.2	Etapa da administração	1133
8.5.3	Etapa da liquidação.....	1134
8.6	Outros aspectos do processo de insolvência.....	1135
3	Embargos do executado (arts. 914 a 920).....	1137
1.	Noções gerais, conceito e natureza jurídica.....	1137

2.	Embargabilidade da execução	1138
3.	Legitimidade e prazo para os embargos do executado	1139
4.	Juízo competente	1141
5.	Embargos à execução.....	1141
5.1	Matérias arguíveis nos embargos à execução	1142
5.2	Procedimento dos embargos.....	1145
5.2.1	Postulação	1145
5.2.2	Cognição preliminar.....	1147
5.2.3	Recurso cabível contra a decisão que rejeita liminarmente os embargos	1150
5.2.4	Atribuição de efeito suspensivo aos embargos.....	1150
5.2.5	Impugnação aos embargos.....	1152
5.2.6	Audiência e julgamento dos embargos.....	1153
5.3	Parcelamento do objeto da execução.....	1154
6.	Exceção ou objeção de pré-executividade: meio de defesa independentemente da oposição de embargos	1155
4	Suspensão e extinção do processo de execução (arts. 921 a 925).....	1161
1.	Suspensão e extinção do processo de execução	1161
1.1	Da suspensão do processo executivo.....	1161
1.2	Da extinção da execução	1163
1.3	Prescrição intercorrente	1164

Parte Especial

Parte V – Precedente Judicial, Processos nos Tribunais e Meios de Impugnação das Decisões Judiciais

1	Precedente judicial (arts. 926 e 927)	1171
1.	Introdução.....	1171
2.	Precedentes	1171
2.1	Noções fundamentais	1171
2.1.1	<i>Common law, civil law e stare decisis</i>	1171
2.1.2	<i>Civil law</i> e a questão da segurança jurídica	1173
2.1.3	A convivência com o <i>stare decisis</i>	1174
2.1.4	Distinção: métodos e resultados da aplicação do <i>distinguishing</i> ...	1175
2.1.5	Incorporação do <i>overruling</i> e modulação dos efeitos das decisões.....	1176
2.2	A evolução dos precedentes judiciais no direito brasileiro.....	1178
2.3	A força normativa dos precedentes no Código de Processo Civil de 2015	1179
2.3.1	Fundamentação das decisões judiciais.....	1180
2.3.2	Uniformização da jurisprudência	1181

2.3.3	Precedentes obrigatórios	1183
2.3.4	Precedentes e julgamento de improcedência liminar.....	1186
2.3.5	Precedentes e reclamação constitucional.....	1187
2.4	Regras gerais para a formação e modificação dos precedentes obrigatórios no CPC.....	1188
2	Ordem dos processos nos tribunais e processos de competência originária dos tribunais (arts. 929 a 993)	1193
1.	Introdução.....	1193
2.	Ordem dos processos nos tribunais.....	1193
2.1	Do registro e da distribuição dos processos no âmbito dos tribunais.....	1193
2.2	Das atribuições do relator	1195
2.3	Da preparação e do julgamento.....	1199
3.	Processos de competência originária dos tribunais.....	1205
3.1	Incidente de assunção de competência (art. 947)	1205
3.1.1	Noções gerais	1205
3.1.2	Requisitos	1205
3.1.3	Procedimento	1206
3.2	Incidente de arguição de inconstitucionalidade (arts. 948 a 950).....	1207
3.2.1	Noções gerais	1207
3.2.2	Legitimidade e momento para arguição da inconstitucionalidade	1209
3.2.3	Procedimento	1209
3.2.4	Efeitos da declaração de inconstitucionalidade	1210
3.3	Conflito de competência (arts. 951 a 959)	1211
3.4	Homologação de decisão estrangeira e concessão do <i>exequatur</i> à carta rogatória (arts. 960 a 965)	1212
3.4.1	Noções gerais	1212
3.4.2	Execução de medidas de urgência	1214
3.4.3	Requisitos e competência.....	1214
3.4.4	Procedimentos.....	1215
3.4.5	Natureza jurídica do processo de homologação de decisão estrangeira	1215
3.5	Ação rescisória (arts. 966 a 975).....	1217
3.5.1	Considerações gerais	1217
3.5.2	Decisão de mérito	1218
3.5.3	Natureza jurídica da ação rescisória	1220
3.5.4	Pressupostos da ação rescisória.....	1220
3.5.5	Rescisão × anulação do julgado	1231
3.5.6	Competência.....	1232
3.5.7	Legitimidade ativa.....	1233
3.5.8	Legitimidade passiva.....	1235

3.5.9	Prazo	1236
3.5.10	Procedimento da ação rescisória.....	1238
3.5.10.1	Petição inicial (art. 968).....	1238
3.5.10.2	Depósito prévio	1240
3.5.10.3	Valor da causa	1242
3.5.10.4	Rescisão do julgado (<i>iudicium rescindens</i>) e reju- gamento da demanda (<i>iudicium rescisorium</i>)	1242
3.5.11	Ação rescisória, tutela provisória e execução da sentença rescin- denda	1244
3.5.12	Defesa do réu	1244
3.5.13	Instrução, julgamento e recursos na ação rescisória	1245
3.5.14	<i>Querela nullitatis</i> e ação rescisória	1246
3.6	Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (arts. 976 a 987).....	1256
3.6.1	Para uma melhor compreensão do instituto	1256
3.6.2	Diferenças e semelhanças com outros institutos	1259
3.6.3	Procedimento	1260
3.6.4	Suspensão dos processos.....	1262
3.6.5	Publicidade e manifestação de interessados	1262
3.6.6	Fundamentos do acórdão e recurso.....	1263
3.6.7	Tese paradigma e força normativa	1263
3.7	Reclamação (arts. 988 a 993)	1265
3.7.1	Noções gerais: origem, natureza jurídica e objeto	1265
3.7.2	Procedimento da reclamação no CPC atual.....	1268
3.7.2.1	Esgotamento de instâncias	1270
3	Teoria geral dos recursos (arts. 994 a 1.008).....	1273
1.	Teoria geral dos recursos.....	1273
1.1	Conceito.....	1273
1.2	Espécies e classificação dos recursos	1274
1.3	Princípios fundamentais dos recursos.....	1275
1.3.1	Duplo grau de jurisdição.....	1275
1.3.2	Taxatividade	1276
1.3.3	Singularidade.....	1276
1.3.4	Fungibilidade	1277
1.3.5	Proibição da <i>reformatio in pejus</i>	1279
1.3.6	Voluntariedade	1280
1.3.7	Dialeticidade	1280
1.3.8	Preclusão consumativa e complementaridade	1282
1.4	Pressupostos de admissibilidade dos recursos	1283
1.4.1	Cabimento.....	1285
1.4.2	Legitimidade	1286
1.4.3	Interesse.....	1287

1.4.3.1	Interesse recursal e cumulação de pedidos.....	1289
1.4.3.2	Falta de interesse decorrente de renúncia ou desistência do recurso	1290
1.4.4	Tempestividade.....	1293
1.4.5	Preparo	1300
1.4.6	Regularidade formal	1303
1.4.7	Inexistência de fato extintivo ou impeditivo do direito de recorrer	1304
1.5	Efeitos dos recursos.....	1304
1.5.1	Efeito devolutivo.....	1304
1.5.2	Efeito translativo	1305
1.5.3	Efeito suspensivo	1306
1.5.4	Efeito substitutivo, expansivo e ativo.....	1306
1.5.5	Efeito regressivo	1307
1.6	Alcance do recurso do litisconsorte.....	1307
1.7	Recurso adesivo	1308
4	Recursos em espécie (arts. 1.009 a 1.044)	1315
1.	Apelação (arts. 1.009 a 1.014).....	1315
1.1	Conceito.....	1315
1.2	Extinção do agravo retido e apelação no CPC vigente.....	1316
1.2.1	O agravo retido no CPC/1973	1316
1.2.2	A apelação como meio de impugnação das decisões interlocutórias	1318
1.3	Efeitos da apelação	1318
1.3.1	Efeito devolutivo e translativo	1319
1.3.2	Aplicação da teoria da causa madura	1321
1.3.3	Reconhecimento da prescrição ou decadência na apelação	1323
1.3.4	Efeito suspensivo	1323
1.4	Procedimento na apelação	1327
1.4.1	Peculiaridades da apelação da sentença que indefere a petição inicial	1328
1.4.2	Peculiaridades da apelação contra a sentença nas hipóteses do art. 332	1328
1.4.3	Substitutivo dos embargos infringentes	1329
2.	Agravo de instrumento (arts. 1.015 a 1.020)	1334
2.1	Noções gerais	1334
2.2	Hipóteses de cabimento.....	1334
2.2.1	Ampliação do rol do art. 1.015 pela via interpretativa.....	1341
2.3	Procedimento.....	1342
2.3.1	Prazo e formação do instrumento	1342
2.3.2	Comunicação ao juízo de primeiro grau.....	1343

2.3.3	Procedimento no tribunal.....	1344
2.3.4	Julgamento do agravo de instrumento e possibilidade de re- tração.....	1345
2.3.5	Ampliação do órgão colegiado.....	1346
3.	Agravo interno (art. 1.021).....	1350
4.	Embargos de declaração (arts. 1.022 a 1.026).....	1353
4.1	Conceito e cabimento.....	1353
4.2	Embargos com efeitos modificativos (infringentes).....	1355
4.3	Embargos para efeito de prequestionamento.....	1356
4.4	Procedimento.....	1357
4.4.1	Intempestividade por prematuridade.....	1358
4.5	Efeitos.....	1359
4.6	Embargos manifestamente protelatórios.....	1361
5.	Recurso ordinário (art. 1.027).....	1363
5.1	Conceito e cabimento.....	1363
5.2	Procedimento.....	1364
6.	Recurso extraordinário e recurso especial (arts. 1.029 a 1.035).....	1366
6.1	Aspectos em comum.....	1366
6.1.1	Juízo de admissibilidade.....	1368
6.1.2	Vício formal em RE e REsp.....	1369
6.1.3	Recursos excepcionais e o incidente de resolução de demandas repetitivas.....	1370
6.1.4	Efeito suspensivo do RE e do REsp.....	1371
6.1.5	Efeito devolutivo do RE e do REsp.....	1372
6.1.6	Interposição simultânea de RE e REsp e a questão da fungibili- dade.....	1373
6.2	Hipóteses de cabimento do recurso extraordinário.....	1375
6.3	Repercussão geral da questão constitucional no recurso extraordinário ...	1375
6.4	Hipóteses de cabimento do recurso especial.....	1377
6.5	Procedimento dos recursos especial e extraordinário.....	1378
6.6	Recursos extraordinário e especial repetitivos (arts. 1.036 a 1.041).....	1381
6.6.1	Particularidades do sobrestamento.....	1383
7.	Agravo em recurso especial e em recurso extraordinário (art. 1.042).....	1384
8.	Embargos de divergência (arts. 1.043 e 1.044).....	1389
8.1	Noções gerais.....	1389
8.2	Cabimento.....	1390
8.3	Embargos de divergência no STJ e a interposição de recurso extraordi- nário.....	1391

Parte VI

Disposições Finais e Transitórias

Capítulo Único – Regras de transição e demais alterações (arts. 1.045 a 1.072)	1395
1. Introdução.....	1395
2. A <i>vacatio legis</i> do CPC.....	1395
3. Aplicação do CPC atual aos processos em curso	1396
3.1 Processos regulados pelo CPC/1939.....	1397
4. Processos com tramitação prioritária (art. 1.048)	1399
5. Cadastro para recebimento de citações e intimações (arts. 1.050 e 1.051).....	1401
6. Insolvência civil	1401
7. Regras especiais de transição	1401
7.1 As questões prejudiciais e a eficácia do art. 503, § 1º, do CPC atual	1401
7.2 Prescrição intercorrente	1402
7.3 Inexigibilidade de título executivo judicial fundado em lei declarada inconstitucional	1403
7.4 Depósitos judiciais	1404
7.5 Tutela provisória contra a Fazenda Pública	1405
8. Alterações legislativas	1405
8.1 Lei nº 9.289, de 4 de julho de 1996.....	1405
8.2 Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 – Lei de Arbitragem	1406
8.3 Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995 – Lei dos Juizados Especiais.....	1406
8.3.1 Aplicação do incidente de descon sideração da personalidade jurídica ao processo de competência dos juizados especiais.....	1406
8.3.2 Embargos de declaração	1407
8.4 Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral	1408
9. Dispositivos revogados.....	1409
10. Usucapião administrativa ou extrajudicial	1411
10.1 Competência	1412
10.2 Requerimento da parte interessada.....	1412
10.3 Procedimento.....	1413
10.4 Não obrigatoriedade da via administrativa.....	1414
10.5 Intervenção do Ministério Público	1415
Referências bibliográficas	1417